

Boletim Linha Viva de 10/01/18

O Sintergia divulgou o Boletim Linha Vida de 10/01 sobre a provável reunião que o presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Pinto Junior, terá em Brasília com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

A versão em pdf pode ser acessada clicando [aqui](#).

Juntos somos sempre mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE (links nas logos abaixo)

**A Diretoria, em 10 de janeiro de 2018.
Associação dos Empregados da Eletrobrás – AEEL**



CUT **FNU** **Linha Viva** 

BOLETIM OFICIAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE ENERGIA DO RIO DE JANEIRO E REGIÃO
Avenida Marechal Floriano, 199/10º andar - Centro - Rio de Janeiro - Tel.: 3529-0392/ramal 20 - sintergiapress@gmail.com

10 de janeiro

2018

Pinto vai a Brasília contar sua historinha pra Maia

Segundo informações de bastidores em Brasília, o presidente da Eletrobras – Wilson Pinto e a FSB Comunicação, que foi contratada sem licitação pela holding por R\$ 1.800.00,00 (um milhão e oitocentos mil reais) - (DOU 17/10/2017 - Pg. 89 - Seção 3 | Diário Oficial da União, <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/164521215/dou-secao-3-17-10-2017-pg-89>), se reunirá amanhã com o presidente da Câmara dos Deputados – Sr. Rodrigo Maia.

Na certa não podemos esperar que o Sr. Wilson Pinto e Cia venham falar bem do Sistema Eletrobras. Mas deveriam, pois, à luz da forma que deve atuar o procurador da pessoa jurídica de direito público, em face dos princípios que norteiam a Administração, é de que tem ele o dever de zelar pelo interesse da Administração Pública e não fazer como tem feito.

Sr. Wilson Pinto tem que explicar ao presidente da Câmara que o caminho para a Eletrobras é buscar o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos assinados das renovações das concessões feitas no âmbito da Medida Provisória 579 de 2012. O aditivo aos contratos é um direito constitucional de equilíbrio. Não sabemos o porquê de o Sr. Wilson Pinto não ter feito isso ainda. São os mesmos contratos que querem descotizar. Se fossemos uma empresa com essência empresarial já teríamos entrado na justiça. No mínimo já teríamos fechado um acordo com a Aneel e o MME. O ideal é buscar condições semelhantes às empresas que ganharam os leilões das usinas não renovadas. O governo e a Aneel mudaram as condições, assim, a Eletrobras tem direito, mas tem que buscar na Justiça. A renegociação desses contratos é o melhor caminho para todos, principalmente para o consumidor que teria aumento tarifário muito menor que com o modelo de privatização em andamento.

Sr. Wilson Pinto, não oculte informações e nem passe dados descotizados, para justificar o maior interesse de privatizar a maior empresa de energia elétrica da América Latina. São 233 usinas, que produzem um terço (170,9 milhões de MWh) da energia consumida no Brasil. No ano passado, a capacidade instalada da Empresa atingiu 46,856 GW. Cerca de 94% da energia produzida vem de fontes limpas, com baixa emissão de gases de efeito estufa.

continua

Visite nosso site: www.sintergia-rj.org.br

A Empresa também é líder em transmissão de energia elétrica no Brasil com aproximadamente 70 mil quilômetros de linhas com tensões entre 230 e 765 kV, o que representa quase metade do total das linhas de transmissão desse tipo no país, ou cerca de 1 volta e meia ao redor do Planeta Terra. Quanto à capacidade de transformação, é responsável por 239.866 MVA de potência, distribuídos em 271 subestações em todas as regiões do país.

A Eletrobras enfrentou um período de adaptação aos parâmetros regulatórios da MP-579/12, que acarretou perda de 20% na receita da Empresa e um prejuízo acumulado de R\$ 31 bilhões entre 2012 e 2015.

No entanto, o resultado de 2016 já mostrou sinais claros de recuperação e retomada de rumos: lucro líquido de R\$ 3,426 bilhões, receita líquida de R\$ 60,749 bilhões e Ebitda de R\$ 19,797 bilhões.

Os resultados de 2017 também são muito positivos, com a redução drástica do endividamento. Ainda é importante citar que a Eletrobras receberá, em contrapartida aos impactos da MP-579/12, até o ano de 2025, R\$ 39,27 bilhões de indenização da Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), por investimentos feitos em linhas de transmissão antes de maio de 2000.

Estima-se que ao longo da história, foram investidos R\$ 400 bilhões na Eletrobras e hoje se fala em vender a estatal por somente R\$ 20 bilhões? Como fechar esta conta?

Outro ponto é que não se pode ignorar é o papel do Estado no setor energético de um país. Enquanto nos EUA, China e Canadá, a geração e transmissão de energia elétrica são vistas como áreas estratégicas (eventualmente protegidas até por forças militares) por estarem vinculadas à soberania nacional, por aqui estamos indo na contramão.

Em 2016, a empresa estatal chinesa State Grid, que já é uma das maiores empresas "privadas" do Brasil, tentou comprar 50,4% da estatal australiana Ausgrid, o que foi rechaçado pelo governo local por razões estratégicas. Os maiores países do mundo em território consideram as usinas hidrelétricas como estratégicas, muito além de sua função de gerar energia. Todos estão errados e só o Brasil está certo?

Analistas militares são unânimes em apontar o acesso a recursos hídricos (água potável) como a provável razão de uma terceira guerra mundial. Todos sobreviveremos sem petróleo, mas nenhum ser humano vive sem água.

O Brasil, além dos milhares de rios, lagos, riachos e lagoas, está sobre o Aquífero Guarani, o maior depósito de água doce do mundo. Ao privatizar a Eletrobras, gestora dos grandes reservatórios de água do Brasil, estaremos liquidando, não só usinas e linhas de transmissão, mas também a nossa água!

Contrariando ainda a Constituição Federal que no artigo 20, inciso III, estabelece que "são bens da União os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais". O que está se propondo é a maior liquidação de rios da história do Brasil.

O Sistema Eletrobras garante segurança para a expansão e funcionamento da indústria e do comércio do país, que ficam protegidos para o saudável desenvolvimento da economia nacional, enquanto o setor de energia prioriza o desenvolvimento e a segurança do Brasil. Garante o funcionamento seguro de áreas como a saúde, a educação e a segurança, pois a energia elétrica é a base da nossa sociedade e é, constitucionalmente, um serviço essencial e indispensável para as necessidades inadiáveis das comunidades, como atendimento médico e segurança. É o que permite o acesso aos direitos básicos sociais.

A Empresa é fundamental para desenvolver e operacionalizar obras de engenharia de porte global, tais como Itaipu, Tucuruí e Belo Monte. Ao privatizar a Companhia, os investidores estrangeiros trarão de fora soluções tecnológicas que visam precarizar empregos, sucatear a nossa indústria e impedir que o país desenvolva tecnologia própria.

Além disso, a matriz energética brasileira está geograficamente integrada e o risco de monopólio privado, ao qual estaremos expostos, prejudicará a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN) – que é o sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil – provocando ineficiência na prestação de serviços e insegurança no fornecimento de energia.

Casos como a crise energética da Califórnia no início do século quando ocorreram rodízios de apagão e aumento de 50% de tarifa de energia ao consumidor final, devem servir de aprendizado. Não podemos ficar expostos a este tipo de risco de energia intermitente. Por todos esses fatores, Federações de Indústrias e Conselhos Regionais de Engenharia já se posicionaram contrários a este processo de privatização.

Hoje, a Eletrobras é indutora do desenvolvimento sustentável no Brasil, seja por meio do investimento em cultura, educação, saúde, direitos infantis, geração de trabalho e renda, meio ambiente, qualificação profissional e cidadania, seja por meio das ações de redução de impactos socioambientais nos processos de licenciamento. Todo empreendimento da Eletrobras é resultado de estudos de avaliação ambiental que identificam as ações de compensação, mitigação ou reparação estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental e intenso contato com os grupos sociais locais que são beneficiados com programas de Responsabilidade Social e ações integradas de melhoria de vida relacionadas a moradia, infraestrutura sanitária e mobilidade urbana. Vale refletir que as dezenas de barragens da Eletrobras nunca passaram por nada parecido com o lamentável desastre de Mariana (MG).

O Sistema Eletrobras é desenvolvimentista com profundo compromisso socioambiental. Que empresa privada teria esse tipo de preocupação? Quem levaria energia elétrica a áreas distantes ou carentes? Quem assumiria empreendimentos sem perspectiva de grande retorno financeiro, mas importantes para o crescimento do Brasil? Que agente privado fomentaria um programa como o "Luz para todos"?

Falando ainda em desenvolvimento sustentável, segundo o relatório Electric Vehicle Outlook 2017, da Bloomberg New Energy Finance, a perspectiva é que, em algum momento entre 2025 e 2030, o carro elétrico terá o mesmo preço ou ficará até mais barato que carros a gasolina e álcool para o consumidor final, sem a necessidade de subsídios governamentais. Estamos próximos de uma substituição tecnológica natural dos veículos de motor a óleo pelos veículos de motor elétrico que vai favorecer extremamente às empresas de geração de energia elétrica. Então por que privatizar a Eletrobras logo agora? A quem isso atende?

continua

Por fim, outra questão fundamental para a população brasileira é o inevitável reajuste tarifário. Países como Portugal e Argentina sofreram com "tarifaços" pós-privatização. Hoje, com as usinas cotizadas pela MP-579/12, a Eletrobras comercializa energia a R\$ 30,00/MWh, enquanto que com a descontinuação (condição da privatização) a energia será vendida no mercado livre por R\$ 200,00/MWh em média. A privatização ampliará a especulação nos contratos de compra e venda de energia no mercado livre.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) calcula que o reajuste de tarifa ao consumidor final pode chegar a 16,9%, o que a Agência qualifica como "efeito nefasto", com impacto negativo inevitável sobre os índices de inflação.

Uma empresa do porte da Eletrobras é fundamental para evitar que se formem oligopólios que combinem estratégias conjuntas de venda, o que penalizará todos os brasileiros. Mais uma vez será o povo que pagará esta conta?

Mas uma vez o CNE – Coletivo Nacional dos Eletricitários e demais Sindicatos que compõe o Coletivo, vem registrar sua posição contrária à privatização do Sistema Eletrobras.

